

CORREIO NACIONAL



Souza Martins foi anunciado Personalidade Acadêmica

Homenageado no Jabuti: país criminaliza trabalhadores

“O Brasil é um país especializado em criar uma classe trabalhadora permanentemente fragilizada”. A conclusão é do sociólogo José de Souza Martins, homenageado da 2ª edição do Prêmio Jabuti Acadêmico, que ocorrerá em agosto. “Desde a ditadura militar, o que se faz no Brasil é no sentido de calar a boca da população. Aqui ainda se quer uma classe trabalhadora que seja dócil, que não reclame”, avaliou. Reconhecido nacional e internacionalmente pelo

seu trabalho, Martins foi anunciado Personalidade Acadêmica do prêmio deste ano pelo conjunto de sua obra sociológica e por sua contribuição à compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos. Ele é professor titular aposentado de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), tendo recebido o título de Professor Emérito em 2008. Segundo o pesquisador, os movimentos sociais foram calados, perseguidos e reprimidos ao longo da história do país.

Ministra fala sobre petróleo

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, defendeu, neste domingo (6), que é preciso planejamento para enfrentar as mudanças climáticas e promover a transição energética.

Ao falar sobre os investimentos na exploração de combustíveis fósseis no

país, a ministra afirmou que as “contradições existem no mundo inteiro, não só no Brasil”.

A ministra Marina Silva concedeu entrevista durante a Cúpula do Brics, que ocorre entre este domingo e segunda (7), no Rio de Janeiro, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Contra a discriminação

A Carta do Rio de Janeiro, declaração final dos líderes que participam da reunião de cúpula do Brics, nos últimos dois dias, no Rio de Janeiro, traz um capítulo específico que manifesta compromisso contra “todas as formas de discriminação”. “Reafirmamos a necessidade de todos os países cooperarem

na promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais sob os princípios da igualdade e do respeito mútuo e de combaterem a todas as formas de discriminação”, afirma trecho do parágrafo que trata de parcerias e promoção do desenvolvimento humano, social e cultural.

CNU 2025: pedidos de isenção

As pessoas interessadas em pedir isenção da taxa de inscrição para a segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) devem fazer a solicitação até 23h59 desta terça-feira (8), no horário de Brasília.

A taxa única é de R\$ 70 para os cargos de nível médio e superior e deve

ser paga até o dia 21 de julho.

O pedido de gratuidade deve ser feito online, no momento da inscrição, exclusivamente no sistema da Fundação Getúlio Vargas, banca examinadora do certame, com login único da conta no portal do governo federal, o Gov.br.

Gratuidade na energia

Cerca de 60 milhões de brasileiros, de todas as Unidades da Federação, começaram a ser beneficiados no último sábado, 5 de julho, pela Tarifa Social de Energia Elétrica, prevista no programa Luz do Povo. A medida do Governo Federal prevê que as famílias inscritas no Ca-

dÚnico, com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, que usarem até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês, não pagarão pela energia elétrica consumida. A nova tarifa contempla idosos e pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada.

Carências locais de ensino técnico

O Ministério da Educação lançou na segunda, chamada pública para mapear estudos, metodologias e ferramentas que são utilizados por estados, municípios, instituições e organizações para identificar demandas por educação profissional. Os interessados têm até o

dia 21 de agosto para enviar contribuições. O objetivo é apoiar a construção de políticas públicas mais eficazes no âmbito da formação profissional, alinhando a oferta de cursos técnicos com a demanda do mundo do trabalho e do setor produtivo.

Plano para eliminar doenças socialmente determinadas

Tema é uma das prioridades do Brasil no Brics

Os países do Brics aprovam o desenvolvimento da Parceria para Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas. A iniciativa, que foi discutida nas reuniões que antecederam a Cúpula de Líderes do grupo, agora está na Declaração Final da 17ª Reunião de Cúpula, a Declaração do Rio de Janeiro, divulgada neste domingo (6).

“Ao priorizar respostas integradas e multissetoriais, buscamos combater as causas profundas das disparidades em saúde, como a pobreza e a exclusão social, aprimorando a cooperação, mobilizando recursos e fomentando a inovação para garantir um futuro mais saudável para todos”, diz o documento.

O tema foi uma das oito prioridades escolhidas pela presidência brasileira do Brics na área da saúde e teve como inspiração o Programa Brasil Saudável, que tem como objetivo enfrentar problemas sociais e ambientais que afetam a saúde de pessoas em maior vulnerabilidade social.

A ideia é que os países se unam para eliminar doenças que muitas vezes não afetam países ricos e, portanto, não são



Tomaz Silva/Agência Brasil

A iniciativa foi discutida nas reuniões que antecederam a Cúpula de Líderes do grupo

consideradas em pesquisas nesses países, que são consideradas as doenças da pobreza, como tuberculose, hanseníase, malária, dengue e febre amarela.

Além dos 11 países do Brics - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Irã, Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Indonésia - Malásia, Bolívia e Cuba, países parceiros do fórum também aderiram à medida.

Em comunicado, comen-

tando os destaques da declaração final, a presidência do Brasil no Brics comemorou o lançamento.

“Estamos muito satisfeitos com o lançamento da Parceria para a Eliminação das Doenças Socialmente Determinadas, que é um marco para o avanço da equidade em saúde e demonstra nosso compromisso em combater as causas profundas das disparidades em saúde, como a pobreza e a exclusão social”.

Na declaração final, os países também reconhecem que “a cooperação do Brics no combate à tuberculose e à resistência antimicrobiana, bem como o fortalecimento das capacidades de prevenção de doenças transmissíveis e não transmissíveis e outros problemas de saúde, o compartilhamento de experiências, incluindo sistemas de medicina tradicional e saúde digital, contribuem significativamente para relevantes esforços internacionais”.

Integração de venezuelanas no país

Rovena Rosa/Agência Brasil



Estudo mostra dificuldade de integração socioeconômica

Ações de acolhimento e integração da população venezuelana no Brasil necessitam, de forma urgente, de maior articulação com outras políticas públicas, incluindo saúde, moradia, educação e trabalho, em nível nacional e local, com foco especial na igualdade de gênero. É o que aponta pesquisa conduzida pela Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pela ONU Mulheres, com o apoio do governo de Luxemburgo.

Desde abril de 2018, mais de 150 mil venezuelanos interiorizados de forma voluntária em Boa Vista foram realocados para mais de 1,1 mil cidades brasileiras. O estudo cita avanços na integração, incluindo aumento de 12% no rendimento médio mensal individual e de 8% no rendimento domiciliar per capita. As entidades alertam, entretanto, que persistem desigualdades entre homens e mulheres na inserção laboral e

no acesso a serviços essenciais, sobretudo entre mulheres e famílias monoparentais.

Os dados mostram, por exemplo, que homens venezuelanos sem filhos e com maior nível educacional têm mais chances de conseguirem oportunidades para interiorização voluntária de Roraima para outros estados. Já mulheres venezuelanas, segundo a pesquisa, enfrentam mais vulnerabilidades e respondem pela maioria entre chefes de famílias monoparentais, além de apresen-

tam maiores taxas de desemprego e informalidade.

Ao tratar de avanços no mercado de trabalho, o estudo destaca que houve redução no tempo médio sem trabalho, de 6,7 para 4,7 meses, com destaque para uma melhora da inserção laboral das mulheres ao longo do tempo – ainda aquém quando comparado ao tempo médio dos homens. No quesito educação e língua, crianças e adolescentes abrigados ainda enfrentam mais dificuldades

de acesso à escola. “A compreensão do idioma português melhorou, especialmente entre mulheres”, cita a pesquisa.

Dados sobre saúde reprodutiva indicam que o uso de métodos contraceptivos entre venezuelanos interiorizados no Brasil cresceu, mas persistem barreiras tanto no acesso como no pré-natal, além de problemas na prevenção do câncer entre mulheres abrigadas. Já sobre insegurança alimentar e discriminação, a pesquisa alerta que ambos os temas registraram aumento entre mulheres venezuelanas abrigadas e entre pessoas interiorizadas de modo geral.

Iniciada em 2021, a pesquisa foi feita em três fases de coleta de dados quantitativos: a primeira, entre maio e julho de 2021; a segunda, entre os meses de outubro e novembro de 2021; e a terceira, entre agosto e novembro de 2023. Para fins de comparação, foram entrevistadas pessoas de origem venezuelana interiorizadas e pessoas residentes em abrigos em Boa Vista.

STF

Estatuto da Pessoa com Deficiência faz 10 anos

Neste domingo (6), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência completa 10 anos. Sancionada em 6 de julho de 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, a Lei 13.146 tem como objetivo garantir e promover, em condições de igualdade, os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, mudanças à sua inclusão social e ao exercício da cidadania.

Segundo a norma, é considerada pessoa com deficiência quem tem algum impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial de longa duração que, ao enfrentar barreiras no dia a dia, possa ter sua participação na sociedade limitada.

STJ

Cobertura de canabidiol por planos de saúde

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) divulgou a edição 855 do Informativo de Jurisprudência. No primeiro processo em destaque, a Terceira Turma, por unanimidade, decidiu que é lícita a negativa de cobertura por operadora do plano de saúde de medicamento de uso domiciliar à base de canabidiol não listado no rol da ANS. O processo em questão, sob sigilo de justiça, é de relatoria da ministra Nancy Andrighi. Em outro julgado mencionado na edição, a Quarta Turma, por unanimidade, definiu que na audiência preliminar referente à repactuação de dívidas por superendividamento.

TCU

Debate sobre governança na transição energética

A governança da transição energética foi o foco da primeira de quatro sessões virtuais promovidas pela Comissão de Infraestrutura e Transições Energéticas da Organização Latino-Americana e do Caribe de Instituições Superiores de Controle, presidida pelo TCU. Realizado no dia 26 de junho, o encontro reuniu instituições superiores de controle da América Latina e especialistas internacionais com o objetivo de fortalecer metodologias de auditoria voltadas ao setor energético. Durante a sessão, representantes das ISC da Costa Rica, Paraguai, Chile e Venezuela compartilharam experiências nacionais.

TCU

Workshop aborda riscos em contratações de TI

No dia 24 deste mês, às 15h, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizará o workshop on-line “Contratações de SI: o que você não pode negligenciar”, que será transmitido ao vivo pelo canal oficial do TCU no YouTube. O evento pretende capacitar os participantes no aprimoramento da gestão de riscos associados às contratações de Segurança da Informação (SI) em organizações públicas.

As contratações de soluções de SI – sistemas de prevenção e detecção de intrusões (IDS/IPS) ou de segurança de aplicações web (WAF), por exemplo – podem apresentar desafios significativos para os gestores.